



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

EMENDA Nº – CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Art. 1º Inclua-se o §2º, e seus respectivos Incisos, no art. 149-B, renumerando-se o parágrafo único para § 1º, proposto como alteração da Constituição Federal na forma do art. 1º da PEC nº 45, de 2019:

“Art. 149-B.

§ 1º Para fins do disposto no inciso II, serão observadas as imunidades previstas no art. 150, VI, não se aplicando a ambos os tributos o disposto no art. 195, § 7º.” (NR)

§2º – A soma das alíquotas dos tributos referidos no caput não poderá ultrapassar o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), observados os seguintes limites individuais:

I – a União Federal observará o limite de 9% (nove por cento) na fixação da sua alíquota;

II – os Estados observarão o limite de 14% (quatorze por cento) na fixação das suas alíquotas;

III – o Distrito Federal observará o limite de 16% (dezesesseis por cento) na fixação da sua alíquota, considerado o exercício das competências estadual e municipal; e

IV – os Municípios observarão o limite de 2% (dois por cento) na fixação das suas alíquotas.

.....”

Art. 2º O § 1º do art. 130 proposto como alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na forma do art. 2º da PEC nº 45, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação::

“Art. 130.

§ 1º As alíquotas de referência serão fixadas no ano anterior ao de sua vigência, não se aplicando o disposto no art. 150, III, ‘c’, da Constituição Federal, com base em cálculo realizado pelo Tribunal de Contas da União **a ser submetido ao Senado Federal, observados os limites dispostos no art. 149-B, §2º, da Constituição Federal.**

.....”



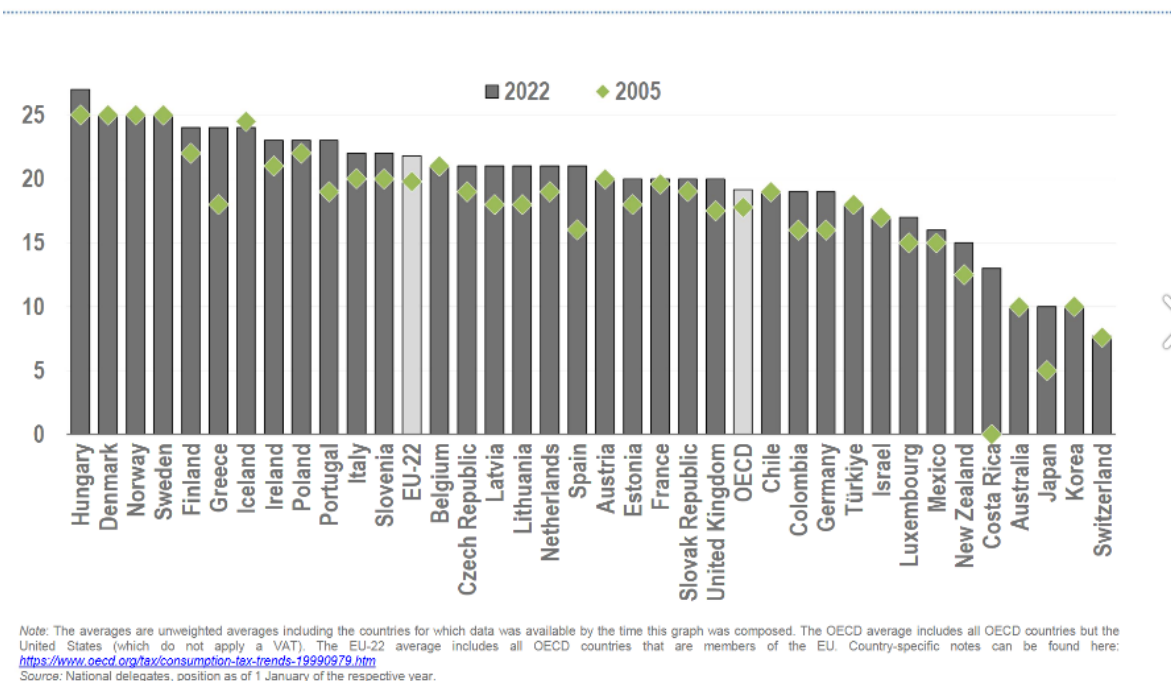
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar um limite teto à carga tributária da CBS e do IBS, estabelecendo alíquotas máximas a serem observadas pelo Senado Federal quando da fixação das alíquotas de referência ou pelos entes federativos, caso optem pela fixação de alíquotas específicas, de modo que a soma das alíquotas federal, estadual e municipal não ultrapasse o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), percentual este já bastante elevado, pois representa $\frac{1}{4}$ do fruto do trabalho do cidadão brasileiro, além de ser suficiente à manutenção da arrecadação.

Embora a Constituição Federal vede a utilização de tributo com efeito de confisco (art. 150, IV), é mais do que sabido que os entes federativos costumam tratar os princípios como meras diretrizes, ou verdadeira letra morta, o que torna necessário o estabelecimento de um teto para a fixação das alíquotas, pois, de outro modo, cada ente poderia elevar a carga a seu bel prazer, sem um limite claro para tributação.

Além disso, o limite proposto pode ser considerado razoável quando comparado com a experiência internacional, à exemplo dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, salvo a Hungria, têm adotado alíquotas iguais ou em sua grande maioria inferiores ao teto proposto por esta Emenda, conforme atesta o recente relatório The OECD Tax Database:

Standard VAT rates (in %), 2005 and 2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

SF/23290.74648-09

Ora, a neutralidade almejada pela proposta deve ser suportada não apenas pelo contribuinte como também pelos entes federativos, que, de um lado, deverá suportar a distribuição da carga tributária que atualmente se concentra na indústria, como é o caso do setor de serviços, comércio, titulares de benefícios fiscais, dentre outros, e, de outro, deverá buscar cortar gastos e, quem sabe, implementar a reforma administrativa, além de reduzir exceções ou reduções de alíquotas previstas nesta proposta, mantendo-se somente aos bens e serviços tidos por essenciais, à exemplo da saúde e educação.

Com o devido respeito àqueles que defendem a fixação de percentual do PIB como limite para a carga tributária, entendemos que projetar o PIB é uma tarefa extremamente difícil, que na maior parte das vezes não reflete a realidade, o que exigiria diversos ajustes em caso de projeções mal elaboradas, quando não mal intencionadas (com mero intuito de aumentar a arrecadação, ainda que de forma temporária), tais como a redução das alíquotas durante o exercício, restituição em caso de sobrearrecadação, suspensão da arrecadação para não estourar o teto ou, no pior dos cenários, calibragem das alíquotas somente no exercício seguinte, tudo isso a fim manter a carga dentro dos limites pré-estabelecidos. Vale observar ainda que limitações vinculadas à estimativa do PIB torna o sistema mais complexo, indo de encontro aos objetivos desta reforma, pois as alíquotas, tanto de referência como específicas, precisariam ser ajustadas anualmente, aumentando o custo para conformidade dos contribuintes (por exemplo, com a parametrização de sistemas), já que somente à nível municipal pode ser necessário se proceder a mais de 5 mil ajustes em caso de adoção de alíquotas específicas pelos entes.

Por fim, entendemos necessário estabelecer um maior controle sobre o estudo elaborado pelo TCU para fixação da alíquota de referência, principalmente em relação à confiabilidade das informações prestados pelos entes federativos e pelo Conselho Federativo, passando caber ao Senado Federal a prerrogativa de revisar e aprovar o referido estudo, evitando-se assim elevações desnecessárias da carga tributária.

Pelo exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares, bem como do Eminentíssimo Relator, para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador DR. HIRAN



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador da República Dr. Hiran

PP/RR